



Clipping

Jornal de Piracicaba Online

27/04/2007

CIDADE » NOTÍCIAS

PCJ terá R\$ 4 mi para proteger

Recursos são usados num projeto-piloto que vai ressarcir produtores que adotem medidas de proteção aos mananciais

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) serão as primeiras do país a implantar a remuneração por serviço ambiental. O investimento total em duas microbacias escolhidas para o projeto-piloto será de R\$ 4 milhões. Os recursos serão geridos pelo escritório brasileiro da ONG (Organização Não-Governamental) The Nature Conservancy (TNC), que recebeu R\$ 450 mil da Caterpillar, maior investidor privado do projeto juntamente com outros parceiros. A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ (CT Rural) aprovou ontem que a TNC seja a tomadora dos recursos

O programa consiste em compensar financeiramente os proprietários rurais que colocarem em prática ações visando a recuperação (e conservação) da cobertura florestal e a produção de água, seguindo a filosofia do projeto Produtor de Água — iniciativa da Caterpillar e da TNC. As micro-bacias pilotos ficam nas cabeceiras dos rios Atibaia e Jaguari (formadores do Piracicaba).

A tabela com os serviços a serem remunerados, definida pela CT Rural, inclui práticas de conservação do solo (para evitar erosões e o conseqüente assoreamento dos mananciais) e reflorestamento das matas ciliares. Essas medidas não são obrigatórias em nenhuma legislação ambiental.

O pagamento pelo serviço ambiental também inclui, contudo, outras providências exigidas por lei, porém pouco respeitadas em função de acarretar em perda de rendimento. Entre elas estão o respeito dos 20% de cada propriedade como reserva florestal legal e dos 50 metros de APP (Área de Preservação Permanente) nas nascentes. As práticas são exigidas pelo Código Florestal de 1964. A estratégia de ação, articulada pelo coordenador da CT Rural dos Comitês PCJ, Marcus Vinícius Folegatti, visa a inverter a lógica da cobrança pelo uso da água e do conceito de poluidor-pagador, em favor do meio ambiente. No entendimento do coordenador, se quem usa e quem polui paga, quem produz (ou conserva a produção de água limpa) deve receber um incentivo financeiro por isso.

“É uma grande conquista. A partir de agora, a bacia não tem mais apenas o conceito de saneamento, mas também o de saneamento ambiental, o que é um avanço”, afirmou Folegatti.

A Caterpillar é o maior investidor do setor privado. O restante dos recursos virá de parceiros governamentais: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, ANA (Agência Nacional de Águas), Prefeitura de Extrema (MG) e a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Os próprios Comitês destinarão R\$ 550 mil — recursos arrecadados com as cobranças pelos usos da água (federal e estadual).

Segundo o coordenador de serviços ambientais do programa de conservação da Floresta Atlântica da TNC, Fernando Veiga, os valores investidos podem chegar a R\$ 6,9 milhões se forem contabilizadas as horas trabalhadas por profissionais dos órgãos governamentais envolvidos.